

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	19	474.578	401.702
Custos dos serviços prestados	20	(417.305)	(340.594)
Lucro bruto		57.273	61.108
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(7.995)	(6.257)
Despesas com pessoal	20	(5.057)	(4.240)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(717)	1.697
		(13.769)	(8.800)
Resultado antes do resultado financeiro		43.504	52.308
Receitas financeiras	21	3.586	1.128
Despesas financeiras	21	(27.984)	(14.453)
		(24.398)	(13.325)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Sindical		19.106	38.983
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	22	(48)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	22	(2.310)	2.290
(=) Lucro líquido do exercício		16.748	41.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e Administradores da
Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda.
São Lourenço da Mata - PE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. (“Empresa”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descrito no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Encargos sobre a folha de pagamento

Conforme Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de “Obrigações trabalhistas”, o montante de R\$ 34.108 mil, dos quais R\$ 10.912 mil e 23.044 mil, respectivamente, são relativos às provisões de férias e salários e outros benefícios e encargos. A Empresa não nos forneceu, até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a memória de cálculo para registro e recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) funcional e do Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nas demonstrações contábeis em relação ao saldo de “Obrigações trabalhistas” em 31 de dezembro de 2022, assim como nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis.

Adoção inicial CPC 06(R2) - Contratos de arrendamento

O CPC 06(R2) - Contratos de arrendamento teve a aplicação requerida a partir de 1º de janeiro de 2019, tendo como principal impacto o reconhecimento e mensuração do ativo de direito de uso e passivo de contratos de arrendamento. Até a conclusão de nossos trabalhos a Empresa não nos apresentou análise dos contratos de arrendamento, bem como não identificamos a aplicação da respectiva norma das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Caso a Empresa tivesse efetuado a análise dos contratos de arrendamento, certos elementos das demonstrações contábeis poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os possíveis efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Transação com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, que divulga que a Empresa realiza transações com partes relacionadas em condições determinadas entre elas. Desta forma, as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada ao assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 24 de maio de 2023.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	19	474.578	401.702
Custos dos serviços prestados	20	(417.305)	(340.594)
Lucro bruto		57.273	61.108
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(7.995)	(6.257)
Despesas com pessoal	20	(5.057)	(4.240)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(717)	1.697
		(13.769)	(8.800)
Resultado antes do resultado financeiro		43.504	52.308
Receitas financeiras	21	3.586	1.128
Despesas financeiras	21	(27.984)	(14.453)
		(24.398)	(13.325)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Sindical		19.106	38.983
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	22	(48)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	22	(2.310)	2.290
(=) Lucro líquido do exercício		16.748	41.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	16.748	41.273
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>16.748</u>	<u>41.273</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	53.000	21.938	-	74.938
Lucro líquido do exercício	-	-	41.273	41.273
Distribuição de lucros	-	(21.937)	(142)	(22.079)
Constituição de reservas	-	41.130	(41.131)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.000	41.131	-	94.131
Lucro líquido do exercício	-	-	16.748	16.748
Distribuição de lucros	-	(41.131)	-	(41.131)
Juros sobre capital próprio	-	-	(4.360)	(4.360)
Constituição de reservas	-	12.388	(12.388)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.000	12.388	-	65.388

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.748	41.273
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	29.530	38.076
Reversão de provisões para contingências	(182)	(2.448)
Constituição de passivo diferido	2.310	(2.290)
Resultado na venda de imobilizado	6.302	6.316
Juros e variações monetárias incorridos e não pagos	24.617	11.538
Lucro líquido ajustado	79.325	92.465
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	12.857	(31.191)
Estoques	(787)	(670)
Adiantamentos	48	138
Depósitos judiciais	59	360
Outros ativos	(98)	(93)
Fornecedores	12.764	2.088
Obrigações trabalhistas	10.936	(3.007)
Obrigações tributárias	127	(5.853)
Parcelamentos fiscais	(2.942)	14.544
Processos cíveis e trabalhistas a pagar	(156)	2.403
Outros passivos	2.143	356
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	114.276	71.540
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(50.166)	(30.804)
Aquisição de investimento	(2.123)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(52.289)	(30.804)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	48.802	30.746
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(71.963)	(48.866)
Distribuição de lucros	(41.131)	(22.079)
Juros sobre capital próprio	(4.360)	-
Recursos líquidos provenientes de mútuos com partes relacionadas	25.909	5.851
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(42.743)	(34.348)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	19.244	6.388
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	35.549	29.161
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	54.793	35.549
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	19.244	6.388

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta	484.871	409.270
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(224.013)	(161.265)
(=) Valor adicionado bruto	<u>260.858</u>	<u>248.005</u>
(-) Depreciação e amortização	(29.530)	(38.076)
(=) Valor adicionado líquido	<u>231.328</u>	<u>209.929</u>
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.586	1.128
(=) Valor adicionado total a distribuir	<u><u>234.914</u></u>	<u><u>211.057</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração de pessoal e encargos sociais	(177.531)	(150.053)
	<u>(177.531)</u>	<u>(150.053)</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Impostos sobre faturamento	(10.293)	(7.568)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.358)	2.290
	<u>(12.651)</u>	<u>(5.278)</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros passivos	(27.984)	(14.453)
	<u>(27.984)</u>	<u>(14.453)</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre capital próprio	(4.360)	(142)
Lucros restidos	(12.388)	(41.131)
	<u>(16.748)</u>	<u>(41.273)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u><u>(234.914)</u></u>	<u><u>(211.057)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mobibrasil Transportes São Paulo Ltda. (“Empresa”) está constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada e está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Estrada do Alvarenga, nº 4000 A - Balneário São Francisco - São Paulo, São Paulo - CEP: 04474-340. Possui duas filiais, sendo uma localizada na Avenida Engenheiro George Corbissier, nº 1100 - Jabaquara - São Paulo, São Paulo - CEP: 04345-001 e a outra na Rua Jorge Duprat Figueiredo, nº 148, Sala 01, Vila Paulista, São Paulo/SP, CEP 04361-000.

A Empresa tem por objeto social a exploração dos ramos de transporte coletivos de passageiros, de natureza municipal e intermunicipal, por veículos automotor de via terrestre e prestação de serviços de administração de bens e consultoria de gestão de frota.

Suas atividades relativas ao serviço de transporte coletivo de passageiros foram iniciadas a partir do mês de julho de 2010 após aprovação pelo poder concedente, a Prefeitura do Município de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT, para integrar o consórcio Unisul no contrato de concessão para prestação de serviços de transportes, cujo prazo de prorrogação da concessão foi encerrado em 21 de julho de 2017 e novamente prorrogado por mais 12 meses até 21 de julho de 2018, conforme 18º Termo de Aditamento ao Contrato 706/03 - SMT.GAB - AREA 6.

Em janeiro de 2019, através do processo nº 6020.2018/0006195-7, em caráter emergencial, foi assinado o Aditamento 003/19 - SMT.GAB - AREA 6, que prorroga por mais 180 dias a concessão, sendo sua vigência estendida até 17 de julho de 2019.

Em maio de 2019 foi assinado o contrato da concessão dos lotes AR6, contrato 035/19, SEI nº 6020.2019/0002410-7 e E5, contrato 024/19, SEI nº 6020.2019/0002399-2 ambas válidas por 15 anos.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 24 de maio de 2023.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9:** Imobilizado (expectativa de vida útil remanescente);
- **Nota Explicativa nº 16:** Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

3. Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou consistentemente as práticas contábeis descritas nas notas explicativas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração dos resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos, os recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.2. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Empresa realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública).

Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente redutor das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.3. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes encontra-se apresentada na Nota Explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros excluem os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos – Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota Explicativa nº 11. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8. Receita

Serviços

Quando a receita da prestação de serviços de transporte coletivo é confiavelmente estimada, a receita associada à transação é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço e incluem a receita não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base na quantidade de passageiros transportados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, quando a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, quando as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, puderem ser confiavelmente mensuradas e quando o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Juros de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Demonstrações de valor adicionado

A Empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP como informação financeira suplementar.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	119	-
Banco conta movimento	5.453	515
Aplicações financeiras	49.221	35.034
	<u>54.793</u>	<u>35.549</u>

Estão representadas por recursos aplicados, principalmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa CDI, sem vencimento predeterminado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Empresa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

	2022	2021
SP Trans (a)	20.832	34.995
Outros clientes	6.420	5.114
	<u>27.252</u>	<u>40.109</u>

(a) Referem-se a contas a receber do serviço de transporte coletivo advindo da operação da concessão.

	2022	
	R\$	%
A vencer	18.001	66,05
Vencido até 30 dias	9.013	33,07
Vencido até 120 dias	238	0,87
Vencido até 180 dias	-	0,00
Vencido até 365 dias (a)	-	0,00
	<u>27.252</u>	<u>100</u>

Aging list do contas a receber:

	2022	
	R\$	%
A vencer	18.001	66,05
Vencido até 30 dias	9.013	33,07
Vencido até 120 dias	238	0,87
	<u>27.252</u>	<u>100</u>

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando a experiência histórica no recebimento destes valores vencidos até 30 dias, a Administração da Empresa entende que 100% do montante envolvido será recebido.

6. Estoques

	2022	2021
Combustíveis	1.913	1.360
Peças e acessórios	3.700	3.533
Outros itens do estoque	1.560	1.493
	<u>7.173</u>	<u>6.386</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não reconheceu provisão para obsolescência nos estoques de peças e acessórios por considerar que os valores não são representativos.

7. Partes relacionadas

A Empresa é controlada pela Terra Transportes e Participações S/A., com 100% de participação no capital social. Além disso, a Empresa mantém relacionamento com outras partes relacionadas.

Os seguintes valores trata-se das transações entre partes relacionadas:

	Ativo		Passivo
	2022	2021	2021
Terra Transporte e Participações S/A (a)	21.498	51.372	-
Mobibrasil Transporte Diadema Ltda.	-	-	2
Continente	-	3.482	-
Mobibrasil Expresso S/A (a)	-	-	77
Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda.	10.565	3.197	-
	<u>32.063</u>	<u>58.051</u>	<u>79</u>
Circulante	8.248	11.500	2
Não circulante	23.815	46.551	77

(a) Valores referem-se a operação de contas correntes

Os saldos ativos e passivos trata-se de mútuos entre as empresas do Grupo MobiBrasil, os quais não incidem juros e atualização monetária.

Movimentação dos valores entre partes relacionadas:

	2022	2021
Saldos no início do exercício	58.051	79
Adiantamentos/recebimentos de partes relacionadas	(25.988)	-
Recebimentos/Pagamentos a partes relacionadas	-	(79)
Saldos no final do exercício	<u>32.063</u>	<u>-</u>

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Empresa (diretores executivos e não executivos). Durante o exercício de 2022 não houve remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados (R\$ 98 mil em 2021).

8. Outros ativos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FIP- Modalidade Urbana Compromisso de Investimento	3.615	1.487
	<u>3.615</u>	<u>1.487</u>

Refere-se ao Fundo de Investimento em Participação decorrente das obrigações do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Empresa.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

a. Composição

	Taxa de depreciação (a.a.)	2022		2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Liquido	Liquido
Veículos operacionais	10%	365.482	(167.411)	198.071	183.692
Veículos auxiliares	5%	2.906	(2.076)	830	674
Móveis e utensílios	10%	767	(573)	194	248
Instalações e equipamentos	10%	2.190	(1.475)	715	710
Máquinas e ferramentas	10%	352	(234)	118	131
Equipamentos de informática	15%	3.660	(1.840)	1.820	1.938
Validadores, catracas e rastreadores	17%	3.120	(3.075)	45	62
		378.477	(176.684)	201.793	187.455

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2022
Custo:				
Veículos operacionais	334.095	49.202	(17.815)	365.482
Veículos auxiliares	2.506	400	-	2.906
Móveis e utensílios	767	-	-	767
Instalações e equipamentos	2.005	185	-	2.190
Máquinas e ferramentas	352	-	-	352
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4.952	-	(4.952)	-
Equipamentos de informática	3.281	379	-	3.660
Validadores, catracas e rastreadores	3.120	-	-	3.120
	351.078	50.166	(22.767)	378.477
Depreciação:				
Veículos operacionais	(150.403)	(28.521)	11.513	(167.411)
Veículos auxiliares	(1.832)	(244)	-	(2.076)
Móveis e utensílios	(520)	(53)	-	(573)
Instalações e equipamentos	(1.307)	(168)	-	(1.475)
Máquinas e ferramentas	(221)	(13)	-	(234)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(4.952)	-	4.952	-
Equipamentos de informática	(1.330)	(510)	-	(1.840)
Validadores, catracas e rastreadores	(3.058)	(17)	-	(3.075)
	(163.623)	(29.526)	16.465	(176.684)
	187.455	20.640	(6.302)	201.793

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores de combustíveis	12.901	2.493
Fornecedores de materiais e serviços	7.160	6.204
Fornecedores de bens do imobilizado	1.400	-
	<u>21.461</u>	<u>8.697</u>
Circulante	21.461	8.697

11. Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Tipo</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco Bradesco	2024	6% a.a.	Finame	11.225	16.592
Banco Safra	2022	6% a.a.	Finame	-	1.774
Banco Santander	2024	6% a.a.	Finame	3.775	6.798
Banco Mercedes-Benz	2022	13,8% a.a.	Finame	-	249
Banco Daycoval	2023	4,43% a.a.		772	1.802
Banco Itaú	2024	5% a.a. + TJLP	Finame	1.515	2.422
Banco Bradesco	2022	13,82 % a.a.	Capital de giro	-	12.000
Banco Itaú	2019	1,32% a.m.	Capital de giro	-	256
Banco Bradesco			Capital de giro	-	1.415
Banco Mercedes-Benz			Finame	89.355	57.639
Banco Safra		4,01%a.a.+ CDI	Capital de giro	4.375	6.875
Banco Santander		4,34%a.a.+CDI	Capital de giro	7.111	2.444
Banco do Brasil	2023	4% a.a.	Finame	37.126	50.625
Bradesco 6117229	2027		Finame	7.092	-
				<u>162.346</u>	<u>160.891</u>
Circulante				51.098	56.202
Não circulante				111.248	104.688

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

b. Cronograma de vencimento de longo prazo

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Empresa:

	<u>2022</u>
2024	45.747
2025	34.440
2026 em diante	31.061
	<u>111.248</u>

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldos no início do exercício	160.890	167.472
Captações	48.802	30.746
Juros incorridos	24.617	11.538
Amortizações do principal e juros	(71.963)	(48.866)
Saldos no final do exercício	<u>162.346</u>	<u>160.890</u>

12. Obrigações trabalhistas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários a pagar	4.432	3.687
Provisões de férias e 13º salário	10.912	8.439
Encargos sociais	18.458	10.622
Contribuição sindical	152	140
Outros benefícios e encargos	154	284
	<u>34.108</u>	<u>23.172</u>

13. Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISS	9	12
INSS	924	1.300
CSLL	18	7
PIS/COFINS	70	111
IRRF sobre juros sobre capital próprio	450	-
Outros impostos	115	29
	<u>1.586</u>	<u>1.459</u>

14. Parcelamentos fiscais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Programa especial de regularização tributária (PERT)	8.351	8.667
Parcelamento INSS	15.308	17.926
Parcelamento IPTU	57	65
	<u>23.716</u>	<u>26.658</u>
Circulante	6.036	5.717
Não circulante	17.680	20.941

No exercício de 2017, a Empresa fez adesão ao Programa especial de regularização tributário - PERT, aprovado pela Lei nº 13.496/2017, para pagamento em 145 meses, até janeiro de 2030. Os débitos incluídos neste parcelamento após as reduções e compensações legais previstas estão em fase de consolidação por parte do Fisco.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Processos cíveis e trabalhistas a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos trabalhistas	3.173	3.262
Acordos e indenizações cíveis	710	43
Honorários advocatícios	440	1.174
	<u>4.323</u>	<u>4.479</u>

Corresponde a valores de acordos e sentenças judiciais já transitados e julgados, pendente apenas de liquidação.

16. Provisão para contingências

a. Provisões

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas avaliadas com risco de perda provável, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis	45	700
Trabalhistas	8.377	7.904
	<u>8.422</u>	<u>8.604</u>

Movimentação das provisões para contingências:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldos no início do exercício	8.604	11.052
Reversão/pagamentos de provisão	(182)	(2.448)
Saldos no final do exercício	<u>8.422</u>	<u>8.604</u>

b. Passivos contingentes

A Empresa possui passivos contingentes relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, que foram avaliadas pela Administração e seus advogados e foram classificadas com risco de perda possível no montante de R\$ 1.364 (R\$ 1.138 em 2021). De acordo com as práticas contábeis, tais valores não são qualificáveis para registro contábil.

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Passivo fiscal diferido

Foi constituída com base na razão de 15% de imposto de renda mais 10% para o adicional e 9% para contribuição social sobre os saldos remanescentes de diferenças temporárias, abatimento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a ser adicionada e/ou realizada da base tributável nos exercícios seguintes quando da realização.

Em decorrência dessa obrigação, foram contabilizados os correspondentes efeitos tributários de impostos de renda e contribuição social diferido no valor de R\$ 3.927 no exercício de 2022 (R\$ 1.617 no exercício de 2020). Em 2022 houve atualização dos valores no valor de R\$ 2.310 mil.

18. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 53.000 e está representado por 53.000.000 quotas, no valor de R\$ 1 cada, assim distribuídas:

	Distribuição do Capital	
	Integralizadas	%
Terra Transportes e Participações S/A	53.000	100,00

19. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita bruta		
Receita transporte coletivo	484.389	392.171
Receita subvenção de frotas	-	16.551
Receita de operação de terminais	482	548
	484.871	409.270
Deduções da receita bruta		
INSS sobre faturamento	(10.087)	(7.464)
Outros impostos	(206)	(103)
	(10.293)	(7.568)
	474.578	401.702

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos e despesas por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Natureza		
Desconto órgão gestor	(414)	(595)
Gastos com impostos e taxas	(1.134)	(1.954)
Gastos com insumos	(185.042)	(129.028)
Gastos com manutenção de terminais	(2.927)	(2.557)
Gastos com pessoal	(177.531)	(150.053)
Gastos com serviços de terceiros	(12.927)	(9.596)
Gastos depreciação e amortização	(29.536)	(38.076)
Gastos gerais	(10.021)	(7.783)
Outros gastos com operação	-	-
Provisões para contingências	182	635
Custas processuais e indenizações	(11.007)	(12.084)
Receita (despesa) líquida de venda do imobilizado	717	1.697
	<u>(431.074)</u>	<u>(349.394)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(419.192)	(340.594)
Despesas gerais e administrativas	(6.108)	(6.257)
Despesas com pessoal	(5.057)	(4.240)
Outras receitas (despesas) operacionais	(717)	1.697
	<u>(431.074)</u>	<u>(349.394)</u>

21. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.561	1.133
Juros ativos	18	(6)
Descontos obtidos	7	1
	<u>3.586</u>	<u>1.128</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(27.332)	(13.893)
Encargos financeiros diversos	(25)	(49)
Despesas bancárias	(553)	(511)
Descontos Concedido	(74)	-
	<u>(27.984)</u>	<u>(14.453)</u>
	<u>(24.398)</u>	<u>(13.325)</u>

MOBIBRASIL TRANSPORTES SÃO PAULO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

	2022	2021
Resultado antes do IR/CSLL	19.106	37.170
IR/CSLL à alíquota nominal	34%	34%
	<u>(6.496)</u>	<u>(12.638)</u>
Efeito dos ajustes ao lucro tributável referentes às adições e exclusões	8.854	14.928
IR/CSLL no exercício	<u>(2.358)</u>	<u>2.290</u>

22. Instrumentos financeiros

a. Riscos associados aos negócios

A empresa está exposta a riscos diversos no ambiente de negócio em que atua como concessionária do serviço público de passageiros, porém com monitoramento e gestão estratégica permanentes da sua administração. No momento do encerramento das demonstrações contábeis as suas atividades encontravam-se operando dentro da normalidade perante as regras do contrato de concessão pública assumida com o poder concedente, mantendo as áreas de operação e manutenção de frota sobre controle, não sendo identificada situação de anormalidade passível de risco de perdas significativas sobre as operações e a continuidade da empresa que possam ter efeitos negativos relevantes a serem reconhecidos sobre as demonstrações contábeis.

Por ser concessionária e permissionária de serviço público dependerá da atualização de tarifas de forma justa para equalizar futuramente seus custos. Em maio de 2019 foi assinado o contrato da concessão dos lotes AR6 e E5 ambas válidas por 15 anos.

b. Riscos de créditos

Em relação aos instrumentos financeiros a empresa possui vários instrumentos, como: caixa e equivalentes de caixas através das operações de caixa e bancos (Nota Explicativa nº 4), contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10) e demais contas a receber e a pagar, bem como partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7), avaliados pelos valores de realização ou liquidação, sem riscos de variações significativas para serem recebidos e/ou liquidados ou atraso em suas contas. Os empréstimos e financiamentos contratados até a data do balanço foram contraídos em moeda nacional a taxas predeterminadas com recursos do Finame e estão ajustados aos valores atualizados pelos encargos cobrados e juros pró-rata tempore contabilizados de acordo com o regime de competência até a data do balanço, não estando sujeitos a oscilações de taxas de juros ou de mercado, assim como, não há na empresa instrumentos financeiros equiparados a derivativos sujeitos as variações de mercado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As captações futuras de recursos para financiamentos de bens (renovação de frota) dependerão do cenário macroeconômico que regula as taxas de juros a serem confrontados com as tarifas do serviço de transporte a serem faturadas para o equilíbrio financeiro das suas contas, constituindo-se em fatores externos a serem administrados na continuidade dos negócios de acordo com a avaliação da administração da empresa.

23. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

TATIANA CHAVES
SUASSUNA:0188
0127458

Assinado de forma digital por TATIANA CHAVES
SUASSUNA:01880127458
Dados: 2023.06.01
08:06:15 -03'00'

WASHINGTON
BARBOSA DA
SILVA:06362707427

Assinado de forma digital por WASHINGTON BARBOSA DA
SILVA:06362707427
Dados: 2023.06.01 08:07:02
-03'00'